

Capital e crise: elementos centrais da análise marxiana da crise econômica

Georgheton Melo Nogueira Filho¹

Antônio Olegário Ferreira Neto²

Resumo: Este artigo objetiva expor determinados elementos centrais da crise econômica de superprodução de acordo com a análise realizada por Karl Marx em sua crítica à economia política. Para tanto, partiu-se, principalmente, de trechos contidos nas *Teorias do mais-valor* e em *O capital*, pretendendo apresentar a crise em suas dimensões aparente (forma de manifestação) e essencial, bem como os pressupostos históricos da sua existência.

Palavras-chave: Karl Marx; acumulação de capital; crise econômica de sobreprodução.

Abstract: This article aims to expose certain central elements of the economic crisis of overproduction according to the analysis carried out by Karl Marx in his critique of political economy. To this end, it mainly draws on excerpts contained in *Theories of Surplus Value* and *The Capital*, intending to present the crisis in its apparent (form of manifestation) and essential dimensions, as well as the historical assumptions of its existence.

Keywords: Karl Marx; capital accumulation; economic crisis of overproduction.

¹ Doutorando em Ciência Política/UNICAMP.

² Doutorando em Sociologia/USP.

1. Introdução

Nos manuscritos postumamente intitulados *Teorias do mais-valor*, redigidos em princípios da década de 1860, Karl Marx [1818-1883] caracteriza “a crise como manifestação de todas as contradições da economia burguesa”³. Posteriormente, em *O capital*, há a aparência de que essa caracterização tenha sido abandonada, dado que a estrutura planejada para a obra em 1865-1866 prescindiu de um livro específico sobre as crises econômicas (cf. Rosdolsky, 2001, p. 28-37), que constava na estrutura planejada em 1857 (cf. Marx, 2011, p. 61). No entanto, na medida em que o conceito de crise em *O capital* acompanha o desdobramento contraditório das categorias (Antunes e Benoit, 2016; Grespan, 2009), que é, ao mesmo tempo, um desvelamento crítico da realidade contraditória do modo de produção capitalista, pode-se argumentar que também aí a crise é apreendida como a “manifestação de todas as contradições da economia burguesa”.

Não obstante, a *manifestação* ou a *forma de aparição* da crise econômica não se revela imediatamente como “manifestação de todas as contradições da economia burguesa”. Para apreendê-la enquanto tal, ou seja, em sua totalidade, faz-se necessária uma investigação científica profunda o suficiente para se “apropriar [teoricamente] da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (Marx, 2017a, p. 90). Em poucas palavras, faz-se necessária uma investigação científica do movimento *essencial* da crise econômica – que, por sua vez, possibilita apreender a sua forma de aparição, manifestação.

Interessado em discutir essas questões, este artigo consiste em uma exposição de elementos centrais da teorização de Marx sobre a crise econômica de superprodução, detalhando-a a partir de uma discussão ampliada, que traz referências de outras tradições político-teóricas para exemplificar criticamente o que será dito. Ademais, é preciso justificar a sua estrutura, dividida em três tópicos (*Aparência, Essência e Gênese histórica*). Em Marx, é bem conhecida a máxima de que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (2017b, p. 880). Tomando-a por base, para uma exposição dos fundamentos da crise econômica é útil começar pela sua *forma de aparição* (aparência) para, em seguida, distingui-la do seu movimento *essencial* e, por fim, indicar a *gênese histórica* desse processo econômico moderno.

2. Aparência

³ 1967, p. 508 – tradução livre, itálico retirado. No original: “*Die Krise als Erscheinung aller Widersprüche der bürgerlichen Ökonomie*”.

Em um período de crescimento econômico, precisar o momento exato de emergência da crise econômica é uma empreitada exigente, devido à manifestação ainda incipiente das suas consequências. Por exemplo, porque “a produção em massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado” (Marx, 2014, p. 155), as mercadorias produzidas não ingressam de imediato no consumo individual da população ou no consumo produtivo de outros capitalistas. Elas constituem um estoque de mercadorias que devem ser compradas e consumidas, mas que ainda se encontram irrealizadas (cf. Marx, 2014, p. 217-228). No entanto, porque, com a venda ao comerciante, transformou o seu capital-mercadoria em capital-dinheiro, o capitalista industrial dá continuidade ao processo produtivo de uma nova leva de mercadorias.

Pressupondo que a demanda será renovada para absorver essa nova leva de mercadorias, o capitalista industrial a lança no mercado, inundando-o ao lado daquela “enorme massa de mercadorias que só *aparentemente* ingressou na esfera do consumo, mas, na realidade, permaneceu não vendida, estocada nas mãos dos intermediários” (Marx, 2014, p. 155⁴ – itálico nosso). O que começa a se apresentar para o comerciante por atacado como um problema de excesso de capitais-mercadoria disputando entre si um lugar no mercado, tarda um pouco mais a incomodar o capitalista industrial, que continua a produzir novas levadas de mercadorias. No entanto, quando a demanda do comerciante por atacado é reduzida ou eliminada, o capitalista industrial começa a sentir um mau presságio. “Deflagra-se, então, a crise. Ela se mostra não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo individual, mas na diminuição da troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital” (2014, p. 155).

Não obstante as percepções intermitentes da crise em seu estado inicial, ela se revela um fato inegável quando se encontra em sua plena manifestação. Por um lado, o crescimento do desemprego e as pressões de redução salarial tornam a classe trabalhadora consciente da crise. Por outro, a dificuldade ou impossibilidade de realizar o mais-valor no mercado e a queda nas cotações dos ativos financeiros tornam conscientes da crise também os diferentes segmentos da classe capitalista. E, embora existam explicações antagônicas sobre a natureza e a causa da crise econômica, há um elemento em comum compartilhado por todas elas: o fenômeno da interrupção das transações de compra e venda, incluída aí a compra e venda da mercadoria força de trabalho e dos capitais-mercadoria.

⁴ Fez-se aqui uma pequena alteração no tempo verbal do trecho citado, sem resultar em uma adulteração do seu conteúdo. De acordo com a tradução da Boitempo, segue o trecho original: “[...] uma enorme massa de mercadorias que só aparentemente ingressam na esfera do consumo, mas, na realidade, permanecem não vendidas, estocadas nas mãos dos intermediários”.

Porque é a *forma de aparição* da crise econômica, a interrupção das transações de compra e venda não pode deixar de integrar as explicações da crise, por mais antagônicas que sejam. No entanto, o que importa é o que se teoriza a partir disso, ou seja, o que se identifica como *motivo* para a interrupção das transações de compra e venda.

Na história do pensamento econômico, há uma miríade de motivos apresentados por diferentes tradições teórico-políticas, por exemplo: a explicação keynesiana da insuficiência da demanda em razão da psicologia de subconsumo das massas, a explicação liberal-monetarista da ingerência governamental no processo econômico naturalmente espontâneo e tendente ao equilíbrio, a explicação marxiana do excesso de oferta em relação à demanda solvente em decorrência da disfuncionalidade produzida pelo processo de acumulação de capital etc. Como será discutido mais adiante, longe de serem meras tentativas de elucidação teórica da crise econômica, essas explicações também são *políticas*, porque dizem respeito às possibilidades ou à impossibilidade de equilíbrio da economia e das condições materiais de vida na sociedade capitalista.

Determinadas explicações, ao invés de se distanciarem da forma de aparição da crise para explicá-la, permanecem teoricamente confinadas ao nível fenomênico da interrupção entre compra e venda. É o caso da explicação anunciada pela tradição liberal-monetarista, para a qual as crises econômicas são processos politicamente produzidos na *esfera da circulação*:

[Para os monetaristas] as crises teriam [...] a sua origem na esfera da circulação e não na dinâmica do próprio processo de produção. Mais: parece que as crises cíclicas não são tanto um problema econômico como um problema político, na medida em que elas decorrem – segundo os monetaristas – não de fatores econômicos mas de fatores não-econômicos, nomeadamente da prossecução de ações inadequadas por parte das autoridades estatais responsáveis pela política monetária. Para Friedman e os monetaristas em geral, a história mostraria (a história dos EUA) que a *economia real* é fundamentalmente sã, funciona bem: as eventuais perturbações que se verificarem têm sempre a sua origem na esfera monetária (Nunes, 1991, p. 37).

Esse estratagema teórico por parte dos monetaristas não é inocente. Pelo contrário, confinar a explicação da crise econômica à sua aparência denota uma dupla determinação política. Em primeiro lugar, traz consigo uma certa concepção do que é o capitalismo ou a assim chamada “economia de mercado”. Dado que, com propriedade lógico-teórica, apresenta a origem da crise na esfera da circulação, produz indireta e efetivamente uma imagem harmônica e equilibrada da esfera da produção, postulando que a relação capital-trabalho *em si* nada tem a ver com o equacionamento do problema. Em segundo lugar, resulta de si um raciocínio “governamental” para a promoção de políticas-econômicas no interesse imediato ou a curto prazo do capital em seu processo de acumulação. Por exemplo,

se se aceita a tese monetarista de que um “sistema de preços livre” é o responsável pela distribuição do rendimento em uma sociedade (Friedman, 2015, p. 46-52), as políticas *welfaristas* redistributivas viabilizadas pela tributação do capital se veem desautorizadas a prosseguir os seus objetivos, o que “liberta” o capital de obrigações socialmente impostas em determinados contextos históricos. Em síntese, trata-se de uma concepção teórica politicamente determinada e determinante, embora se apresente como neutra, como ciência técnica e matemática (Walras, Pareto etc.).

Há ainda uma outra dimensão do problema: explicar a crise econômica confinando a investigação à esfera da circulação, onde a crise aparece tão somente como uma interrupção das transações de compra e venda, permite apresentá-la com propriedade lógica como mera *possibilidade* – com propriedade lógica porque a esfera da circulação em si mesma não é suficiente para determinar a crise econômica como *necessidade*. De acordo com isso, as transações de compra e venda podem ser um movimento contínuo e inabalável se a *possibilidade* da crise não se realizar, o que demanda a eliminação política de ingerências governamentais na “economia de mercado”. No entanto, a própria regularidade cíclica das crises econômicas – que é uma aparência histórica, por assim dizer – sugere que as suas ocorrências são *necessárias*, inerentes à economia capitalista – caso contrário, é curioso que uma mera possibilidade tenha produzido regularidades há duzentos anos.

Em poucas palavras:

[...] não são mais felizes os economistas [...] que procuram explicar as crises com [...] meras *possibilidades* da crise, encerradas na metamorfose das mercadorias, como a dissociação entre compra e venda. Esses elementos que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar *por que* as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento. *Explicar* a crise por essa forma elementar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise (Marx, 1980, p. 937).

3. *Essência*

Como a crise econômica, fenomenicamente expressada pela interrupção das transações de compra e venda, deve ser *essencialmente* apreendida? Poder-se-ia começar justificando *por que* a crise econômica deve ser apreendida em sua essência, no entanto, na medida em que se expôs a limitação intelectual da explicação confinada à forma de aparição da crise, indicou-se indiretamente a justificativa para tanto.

Para apreender o movimento essencial da crise econômica, deve-se primeiramente apreender a produção como *übergreifende Moment*⁵ [momento predominante]. Como observa

⁵ Cf. Marx, 1983, p. 29; 2011, p. 49.

Marx, “uma produção determinada [...] determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*” (2011, p. 53). Contudo, isso não significa que os demais momentos econômicos não exercem determinações sobre a produção. Marx evita precisamente esse tipo de erro unilateralista quando observa que “a produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos”.

P. ex., quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da produção entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. *Há uma interação entre os diferentes momentos*. Esse é o caso em qualquer todo orgânico” (2011, p. 53 – itálico nosso).

Não obstante, porque a produção determina os conteúdos particulares desses outros momentos econômicos e “as relações determinadas desses diferentes momentos entre si”, ela assume a posição de momento predominante. No entanto, por que, em vez da produção, o momento predominante não é assumido pelos outros momentos econômicos?

Para analisar essa questão, tomemos como exemplo a circulação e por que ela não exerce uma determinação predominante sobre a produção. De acordo com o exemplo contido no trecho supracitado, “quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente”. Nesse exemplo, percebe-se que o mercado retroage sobre a produção de maneira quantitativa (“quando o mercado se expande [...] a produção cresce em extensão”) e técnica (“quando o mercado se expande [...] a produção [...] subdivide-se mais profundamente”), mas não de maneira qualitativa, entendida como a organização social da produção ou como relação antagônica de classes envolvidas na produção. Pelo contrário, a produção exerce determinações tanto quantitativas, como a variação na massa de mercadorias resultante do desenvolvimento das forças produtivas – que, é verdade, é impulsionado pelas determinações concorrenciais advindas da circulação –, e técnicas, como os desenvolvimentos da indústria de transportes que permitem uma circulação mais efetiva dos capitais-mercadoria, quanto qualitativas sobre o mercado (circulação).

É essa determinação qualitativa que encerra o segredo da produção como momento predominante sobre os outros momentos econômicos. Baseada na separação entre produtores e meios de produção, a produção capitalista engendra uma massa de trabalhadores assalariados apta⁶ e compelida pela força das circunstâncias a contrair relações monetárias de

⁶ “[...] assim como sua [modo de produção capitalista] base é o trabalho assalariado, *também o é o pagamento do trabalhador em dinheiro* e, em geral, a transformação das prestações *in natura* em prestações monetárias” (Marx, 2014, p. 440 – itálico nosso).

compra e venda, instituindo, assim, o mercado como instância necessária e universal da reprodução social. Em síntese, a produção capitalista produz a circulação capitalista, enquanto a circulação capitalista reproduz a produção capitalista, mas não a produz.

Soma-se a isso o fato de que, na circulação, os indivíduos se relacionam entre si como compradores e vendedores. Embora a compra e venda de força de trabalho e meios de produção indique as posições de classe dos indivíduos aí envolvidos, não é a generalidade das transações de compra e venda que determina qualitativamente a produção, porque ela não *institui* a inserção produtiva dos indivíduos envolvidos nas transações de compra e venda – ao contrário, a posição no processo de produção determina, por meio da distribuição da riqueza produzida (determinada pelas posições de classe no interior da produção), a inserção dos indivíduos no processo de circulação não apenas segundo a quantidade, mas fundamentalmente segundo o que se pode comprar: por um lado, trabalhadores não compram meios de produção, mas vendem força de trabalho para comprar meios de subsistência; por outro, capitalistas compram meios de produção e força de trabalho e vendem as mercadorias que resultam do processo de produção. Desse modo, “por lo que se refiere a su objeto de investigación, lo que Marx entiende por esencia es la estructura profunda del sistema capitalista, en la que tienen lugar las relaciones determinadas por el proceso de producción” (Sanjuán, 2010, p. 752)⁷.

Imersa na lógica do capital, a produção capitalista é pautada pela valorização do valor e pela acumulação de capital (cf. Marx, 2017a, p. 223-275 e p. 655-784). Nenhum capitalista investe capital sem a expectativa de que o dinheiro adiantado em meios de produção e força de trabalho ($D-M <^T_{Mp}$) resulte em uma representação maior de riqueza (D') e, portanto, sem a expectativa de condições propícias à realização dos capitais-mercadoria no mercado ($M'-D'$), movimento imprescindível para a acumulação de capital. É o que a expressão *'profits first,*

⁷ Do mesmo modo que há uma determinação política em confinar a explicação da crise econômica em sua forma de aparição, também há uma determinação política em explicá-la pelo seu movimento essencial. Porque na essência se encontra a própria forma de organização da produção, identificar aí a razão de ser da crise implica em reconhecer que o problema está na forma das relações *capitalistas* de produção. Como reitera a ironia de Marx contra Carey, para quem alguns dos problemas associados ao capitalismo teriam origem no âmbito da intervenção estatal no comércio (circulação), “um passo a mais e ele talvez descubra que o único defeito da produção capitalista é o próprio capital” (2017a, p. 635). Neste sentido, na medida que conhecimento e crítica constituem um mesmo movimento, ciência e política se encontram umbilicalmente ligadas sem se encontrar uma subjugada a outra. De certa forma, a crítica ao capital é produzida pelo próprio desvelamento das suas processualidades justamente porque a investigação do capital revela a sua disfuncionalidade, a sua contradição. Assim, não se trata de um conhecimento que deve obrigatoriamente compatibilizar com a vontade política de seu autor, mas de uma apreensão ideal do movimento do real (objetividade) que conduz a uma crítica do capitalismo.

*investments later*⁸ [lucros primeiro, investimentos depois] evidencia: sem perspectiva de lucro, pouco ou nenhum capital adicional é adiantado; pelo contrário, verifica-se muitas das vezes que a indústria passa a operar aquém da sua capacidade produtiva (Mandel, 1990).

Isso parece demonstrar que a sobreprodução como processo originador da crise não passa de um mero equívoco teórico, dado que a produção retrai em condições desfavoráveis à realização de lucro e à acumulação de capital. No entanto, quando a crise se manifesta com veemência, a sobreprodução já se encontra em um nível avançado de desenvolvimento. Como observa Marx: “as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado” (2014, p. 412). Isso implica que a produção retrai *a posteriori*, ou seja, não antes, mas quando não há demanda solvente suficiente para absorver a massa de mercadorias lançada no mercado – *post festum, pestum* [depois da festa, a peste]⁹.

Como observa Marx:

Com o desenvolvimento da produção capitalista, *a escala da produção é determinada em grau cada vez menor pela demanda direta pelo produto e em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pelo impulso de valorização de seu capital e a necessidade de continuidade e ampliação de seu processo de produção*. Com isso, cresce necessariamente, em cada ramo específico de produção, a massa de produtos que se encontram no mercado como mercadorias ou que procuram comprador. Cresce a massa de capital fixada por mais ou menos tempo na forma de capital-mercadoria” (Marx, 2014, p. 224 – itálico nosso).

Com o crescimento da composição orgânica do capital, que provoca uma diminuição relativa da sua parte variável à medida em que avança a acumulação de capital e, atrelada a ela, o aumento das forças produtivas do trabalho, tem-se o crescimento de um exército industrial de reserva¹⁰. Por sua vez, essa parte da classe trabalhadora excedente em relação às necessidades de valorização do capital tem a sua capacidade de demanda reduzida, dado que não consegue trocar a sua força de trabalho por salário. Em decorrência disso, o resultado é o que segue: à medida em que aumenta a massa de mercadorias lançada no mercado, o processo de acumulação de capital limita a capacidade de demanda solvente da classe trabalhadora, o que retroage sobre o capital como uma diminuição da capacidade de

⁸ Expressão formulada pela revista *The Economist* para se referir às “hesitações da indústria britânica em “relançar” investimentos produtivos” diante da flutuação negativa da taxa média de lucro a partir da segunda metade da década de 1960 (cf. Mandel, 1990, p. 24).

⁹ “Na sociedade capitalista, [...] na qual o entendimento social se afirma apenas e invariavelmente *post festum*, grandes perturbações podem e têm de ocorrer constantemente” (Marx, 2014, p. 410).

¹⁰ “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2017a, p. 705).

realização do mais-valor (M'-D'). A disfuncionalidade do processo é patente. Dado que a distribuição da riqueza produzida não acompanha o crescimento da riqueza e a entrada de mercadorias no mercado, que precisam ser compradas para que o processo todo possa se reproduzir de maneira harmônica e coerente, emerge um processo de sobreprodução de mercadorias, que *não* é uma sobreprodução em relação às necessidades da sociedade, mas em relação à sua demanda *solvente*¹¹.

Contradição no modo de produção capitalista: os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho –, a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los ao mínimo do preço. [...]. Contradição adicional: as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre (Marx, 2014, p. 412).

Em síntese, conclui-se que a produção, como momento predominante em relação aos momentos da circulação, da distribuição etc., determina como *contraditórias* as “relações determinadas desses diferentes momentos entre si” (2011, p. 53 – itálico retirado). Por um lado, a produção exige da circulação mais do que ela consegue realizar, por outro, determina uma distribuição da riqueza aquém da grandeza da riqueza produzida e lançada no mercado, o que também determina uma relação contraditória entre a distribuição e a circulação. Portanto, embora seja imprescindível reconhecer o papel predominante desempenhado pelo momento da produção na crise de superprodução, não se trata de afirmar um ou outro momento econômico como contraditório, mas a totalidade das “relações determinadas desses diferentes momentos entre si” como totalidade contraditória.

Por fim, pode-se agora explicar por que a crise econômica *aparece* como uma interrupção em larga escala nas transações de compra e venda. Com o aumento do exército industrial de reserva, há uma redução da capacidade de demanda solvente da classe trabalhadora, que compõe a maior parte da população. Consequentemente, diminui-se a capacidade de realização dos capitais-mercadoria e, portanto, do mais-valor dos setores produtores de bens de consumo. Por sua vez, esse processo afeta as relações de compra e venda entre capitais, porque, em razão de não conseguirem realizar no mercado as mercadorias produzidas, diversos capitais, principalmente os menores e de pouca capacidade

¹¹ “O que é que a sobreprodução tem a ver com as necessidades absolutas [– isto é, o total das necessidades de consumo da sociedade]? Só tem a ver com necessidades solventes [com poder aquisitivo]. Não se trata de sobreprodução absoluta – sobreprodução em si mesma em relação à necessidade ou desejo absoluto de posse de bens. Nesse sentido, não existe sobreprodução parcial nem geral. E elas não formam uma contradição entre si” (Marx, 1967, p. 507 – tradução livre).

competitiva, tornam-se insolventes – verificam-se interrupções nos pagamentos de empréstimos a juros tomados por muitos capitais, na compra e venda de meios de produção e nas transações entre o capital industrial e o capital comercial.

4. *Gênese histórica*

Negar o caráter historicamente específico do modo de produção capitalista é o principal pressuposto para a negação da crise como processo inerente ao modo de produção capitalista e para a negação da contradição capitalista. Inversamente, reconhecê-las pressupõe apreender a gênese histórica do capitalismo e a sua especificidade.

Para a economia política de Adam Smith, David Ricardo etc., nenhuma grande transformação histórica (por exemplo, expropriação generalizada da terra) fundamenta a emergência da sociedade capitalista, o que resulta em uma diluição ideal das categorias particulares a essa sociedade na história da humanidade (a-historicismo). Diferentemente, em um exercício de crítica à economia política, pretende-se aqui expor resumidamente e em linhas gerais como a gênese histórica do modo de produção capitalista estabeleceu as condições para o surgimento da crise de superprodução.

Com os processos de acumulação originária de capital – expropriação dos meios de produção em relação aos produtores (cf. Marx, 2017a, p. 785-788) – ocorridos nos últimos cinco séculos mundo afora, abriu-se uma cisão generalizada até então desconhecida na história da humanidade entre produção e consumo. Essa cisão marca o surgimento da circulação como momento generalizado e imprescindível à reprodução social, trazendo consigo a universalização da forma-mercadoria e da forma-dinheiro. Como observa Mézáros:

Primeiro, os produtores são [...] *separados* do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já que nem sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção. [...] E, segundo, as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como *valores de uso relacionados à necessidade* [ao consumo]. Elas requerem a intervenção de um momento *estranho* [circulação] para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. Em outras palavras, já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus *proprietários* (o número comparativamente insignificante de capitalistas), deve entrar na *relação de troca* do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus *não-proprietários* (isto é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como *valor* em benefício da reprodução ampliada do capital (2002, p. 624).

Por sua vez, a emergência do trabalho assalariado, resultante dessa cisão, assegurou a viabilidade da circulação como um ferrolho entre a produção e o consumo, dado que a sua forma monetária possibilitou a universalização das relações monetárias de troca. No entanto,

essa viabilidade não elimina o caráter contraditório das relações entre os momentos econômicos. Mais uma vez, a análise meszariana pontua precisamente isso:

[...] o trabalho mercantilizado [relação de assalariamento] [...] satisfaz a importantíssima condição de integrar [...] o momento *estranho* da *troca* [circulação como momento generalizado entre a produção e o consumo] com as exigências reprodutivas vitais do processo de *produção*. [...] é o próprio trabalho mercantilizado que auxilia a suspensão da contradição entre produção e troca [circulação], que ajuda a assegurar a necessária *continuidade de produção* – ao participar da *unidade peculiar* dos dois momentos objetivamente contraditórios e se submeter a ela. Esse modo de reprodução societária pode prosseguir sem distúrbios até que a crise da *acumulação malograda* e a *superprodução* rompam periodicamente todo o conjunto de relações e determinem a sua reconstituição sintonizada com as novas circunstâncias (Mészáros, 2002, p. 627-628).

Na medida em que as forças produtivas do trabalho aumentaram nos últimos cinco séculos, com especial ênfase ao período da revolução industrial inglesa de finais do século XVIII, o que implicou também um aumento da parte constante do capital em relação à parte variável, imensas massas de mercadoria foram lançadas no mercado, ultrapassando cada vez mais a capacidade de demanda solvente da sociedade. Em decorrência disso, processos de sobreprodução *emergiram* na economia capitalista e inauguraram o ciclo econômico moderno no século XIX¹².

5. Conclusão

Em uma época marcada pela recorrência e cronificação das crises econômicas, é pertinente retomar os escritos marxianos sobre a crise econômica. Esta foi, precisamente, a tarefa assumida por este artigo. Deste modo, passou-se por diferentes dimensões do problema da crise econômica de superprodução: (a) sua forma de manifestação; (b) seu movimento essencial; (c) sua razão de ser histórica ou os elementos históricos que lhe possibilitam existir. Para concluir, partimos de uma obra literária para realizar uma reflexão concreta.

Em *Germinal*, obra literária naturalista¹³ de Émile Zola, encontra-se uma representação literária exemplar da realidade social da qual tratamos. Em um cenário de crise econômica e desemprego que assolava a França no século XIX, Etienne, protagonista do enredo, vagava de uma cidade a outra em pleno inverno à procura de emprego. Quando finalmente encontrou, em uma mina de carvão no vilarejo de Montsou, emergiu em seus pensamentos uma dúvida perplexa: “então era possível que uma pessoa se matasse num

¹² De acordo com a datação de Marx, para quem a crise de 1825 marca o início do ciclo econômico moderno (cf. 2017a, p. 85), este completa duzentos anos em 2025.

¹³ Na medida em que se trata de uma obra naturalista, muito próxima à tradição realista e, por isso mesmo, fiel a uma captura da realidade social, o exemplo extraído de *Germinal* é concebido aqui como um relato literário e real das condições da classe trabalhadora em momentos de crise.

trabalho de escravo, no fundo dessas trevas horrendas, e nem sequer conseguisse ganhar os poucos tostões para o pão de cada dia?”¹⁴

Talvez se atribua o baixo salário (“poucos tostões”) à baixa qualificação do trabalho de mineiro. No entanto, trata-se de uma explicação que não capta a complexidade do problema. Em momentos de crise econômica, encontrando-se os trabalhadores e trabalhadoras em processo de atomização devido a intensificação da concorrência no mercado de trabalho (aumento do exército industrial de reserva¹⁵), baixos salários e reduções salariais são a regra. Por sua vez, a razão para isso se encontra no impulso do capital de compressão salarial e “redução de custos” (demissão em massa) para elevar a taxa de mais-valor e a taxa de lucro.

Embora a contradição capitalista tenha sido analisada em um nível elevado de abstração, a consequência mais palpável da sua manifestação se encontra no deterioramento das condições materiais de vida de homens e mulheres trabalhadoras. Ao contrário do que julgaram os economistas políticos clássicos e vulgares, mesmo diante da exponencial capacidade produtiva das reorganizações da divisão do trabalho moderna e das inovações tecnológicas, que propiciam produzir mais em menos tempo, o escopo da produção capitalista não é a satisfação das necessidades humanas, mas a valorização do valor, a acumulação de capital e a elevação das taxas de lucro principalmente por meio do aumento da taxa de exploração do trabalho.

Prova disso é que existem “necessidades insatisfeitas para muitas mercadorias [inertes] que estão no mercado” (Marx, 1980, p. 942). Pela lógica do capital, tais mercadorias – aí incluídos os bens mais elementares para a reprodução biológica de homens e mulheres, como comida, vestuário e moradia – não entram na esfera do consumo sem antes circularem no mercado. E circulação significa troca monetária, por meio da qual o mais-valor – em uma linguagem fenomênica, o lucro – cristalizado nos capitais-mercadoria se realizam e assumem a forma de capital-dinheiro, possibilitando ao capital recomeçar o seu ciclo de valorização e acumulação. Mas como *comprar* se o desemprego e a redução salarial intensificados pela crise oprimem a capacidade de demanda (renda) da classe trabalhadora?

¹⁴ Zola, 1979, p. 59.

¹⁵ “*Grosso modo*, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contratação do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (Marx, 2017a, p. 712-713).

6. Referências bibliográficas

ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. **O problema da crise capitalista em *O Capital* de Marx**. Jundiaí: Paco, 2016.

GRESPLAN, Jorge. **Uma teoria para as crises**. In: *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial* (org. Plínio Sampaio). São Paulo: Sundermann, 2009. pp. 29-44.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher: um depoimento pessoal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. São Paulo e Campinas: Ensaio e Editora da Unicamp, 1990.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: vol. I-III**. São Paulo: Civilização Brasileira/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980-1985.

MARX, Karl. **Ric[ardos] Akkumulationstheorie Kritik derselben (Entwicklung der Krisen aus der Grundform des Kapitals)**. In: *Theorien über den Mehrwert*. MEW 26.2. Berlin: Dietz, 1967. pp. 471-547.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NUNES, António José Avelãs. **O keynesianismo e a contra-revolução monetarista**. In: *Boletim de Ciências Económicas*, v. 34. Coimbra: 1991.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Contraponto, 2001.

SANJUÁN, César. **La dialéctica como forma de exposición científica**. *Pensamiento*, Madrid, v. 66, n. 249, pp. 731-753, 2010.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.